



**Data:** 20.06.2020

**Título:** INE avança com inquérito sobre origem racial

**Pub:** 



**Tipo:** Jornal Nacional Semanal

**Secção:** Destaque

**Pág:** 1;17

# INE avança com inquérito sobre origem racial P17

Área: 362cm<sup>2</sup>/ 13%

Titragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6874759



Data: 20.06.2020

Título: INE avança com inquérito sobre origem racial

Pub: **Expresso**

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;17



## RACISMO

# Avança inquérito sobre origem etnicorracial dos portugueses

**Especialistas pedem estrutura dedicada, intervenção de ministérios e políticas de correção das desigualdades**

Vai chamar-se “Inquérito às Condições, Origens e Trajetórias da População Residente” e a viabilidade deste recenseamento já está a ser estudada. A designação pomposa esconde uma “complexa operação estatística”, como o INE a classificou ao Expresso. Pela primeira vez, o instituto vai recolher informações sobre a situação da população que reside em Portugal tendo em conta as origens etnicorraciais.

O estudo ainda não tem data para arrancar, mas já é certo que a sua realização levantará polémica. Em 2018, o Governo nomeou um grupo de trabalho para discutir a introdução de uma pergunta voluntária no Censos de 2021 sobre a identidade etnicorracial dos residentes no país e a questão chegou a ser formulada, mas o Conselho Superior de Estatística vetou a sua inclusão no recenseamento nacional. Em alternativa, o INE assumiu o compromisso de avançar com um grande inquérito para saber se em Portugal existe discriminação com base na origem etnicorracial, cujo âmbito, percebe-se agora, será mais ambicioso do que o concebido inicialmente.

Jorge Malheiros, geógrafo, foi um dos integrantes do grupo de trabalho que defendeu a integração da pergunta no Censos, para que houvesse um reconhecimento oficial de situa-

ções de discriminação. “Não se pode esperar mais para que o estudo avance. A pandemia pôs em evidência as desigualdades da sociedade e tornou visível que as minorias estão em desvantagem”, alerta.

À urgência do arranque dos trabalhos junta uma necessidade prévia: “É preciso criar uma estrutura autónoma, que não seja o Alto Comissariado para as Migrações — esta não é uma questão de nacionalidades —, mas que absorva parte da atual Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, e que tenha capacidade para adotar políticas públicas de correção das desigualdades”, defende Malheiros.

Depois de o líder do PSD, Rui Rio, ter dito que não havia racismo em Portugal, esta semana foi a vez de Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, afirmar que “a maioria do povo português não é racista”. Em sentido contrário, Lisboa foi palco de uma grande manifestação contra o racismo e, no fim de semana passado, paredes de escolas e do centro de acolhimento de refugiados foram pintadas com declarações discriminatórias, sinais

**“Estudos demonstram com muita segurança que a discriminação institucional acontece sobretudo no ensino, forças de segurança e hospitais”**

para Jorge Malheiros de uma “cada vez maior polarização da sociedade portuguesa”.

Jorge Vala, investigador do Instituto de Ciências Sociais e também integrante do grupo de trabalho inicial, defende que a realização do inquérito tem de envolver todos os ministérios que se ocupam das políticas públicas relacionadas com a produção de discriminação e violência contra minorias, como Administração Interna, Justiça, Educação ou Saúde. “Estudos já realizados demonstram com muita segurança que a discriminação institucional acontece sobretudo no ensino, forças de segurança e hospitais e já está provado que são mais frequentes as queixas por violência com origem em instituições públicas do que nas relações interpessoais”, sublinha.

### Debate antes do Museu

“Tem de ser criada uma comissão independente, mas estes ministérios devem fazer parte, porque não podemos continuar a assistir à constante divulgação de dados que mostram a existência de discriminação e que são completamente ignorados”, avança o professor. Cita ainda a reiterada intenção do presidente da Câmara de Lisboa de criar um Museu da Descoberta, o que, na opinião de Jorge Vala, não pode acontecer sem que se abra um debate amplo sobre a realidade histórica do colonialismo português. “É porque existe um primeiro silêncio sobre o colonialismo português que existe o segundo sobre a discriminação.

E um mecanismo de negação da realidade”, explica.

Maria José Casa-Nova, coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas, integrou também a comissão. “É indiscutível que qualquer situação de racismo ou de discriminação deve ser objeto de políticas públicas. A situação face ao mercado de trabalho, à habitação, à educação escolar e ao acesso a cuidados de saúde deve ser conhecida. São indicadores fundamentais do tipo e grau de discriminação e cujo conhecimento permite elaborar e implementar políticas públicas que resolvam discriminações existentes e previnam a sua emergência.” A investigadora defende, por exemplo, a implementação de políticas de discriminação positiva, como um sistema provisório de quotas.

O sociólogo João Peixoto, do ISEG, lembra que os estudos que existem, mesmo parciais, “são suficientes para aferir que as minorias estão piores em quase todos os aspetos, como o acesso à educação, insucesso escolar ou precariedade laboral, e, como consequência, reprodiz-se a exclusão social e crescem os conflitos”.

Peixoto gostava de ver reativado o grupo de trabalho, desta vez com uma agenda de discussão mais ampla. “Sobretudo porque este alcançou uma rara unanimidade: a concordância de que há discriminação etnicorracial em Portugal, uma ferida que tem de ser discutida na praça pública.”

CHRISTIANA MARTINS  
camartins@expresso.imprensa.pt